



Estratégia
Concursos

6° SIMULADO

TJRJ

ANALISTA JUDICIÁRIO
SEM ESPECIALIDADE - PÓS-EDITAL

Simulado Especial

6º Simulado TJ-RJ

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso do TJ-RJ;
- 2 – A prova contém **60 itens** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora CEBRASPE/CESPE, com questões de múltipla escolha A, B, C, D, E.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8h30 às 13h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – Esse simulado é uma auto avaliação! Você mesmo (a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK – <https://bit.ly/Simulado-TJ-RJ-Analista-11-04-20>

01 – A B C D E
02 – A B C D E
03 – A B C D E
04 – A B C D E
05 – A B C D E
06 – A B C D E
07 – A B C D E
08 – A B C D E
09 – A B C D E
10 – A B C D E
11 – A B C D E
12 – A B C D E
13 – A B C D E
14 – A B C D E
15 – A B C D E
16 – A B C D E
17 – A B C D E
18 – A B C D E
19 – A B C D E
20 – A B C D E

21 – A B C D E
22 – A B C D E
23 – A B C D E
24 – A B C D E
25 – A B C D E
26 – A B C D E
27 – A B C D E
28 – A B C D E
29 – A B C D E
30 – A B C D E
31 – A B C D E
32 – A B C D E
33 – A B C D E
34 – A B C D E
35 – A B C D E
36 – A B C D E
37 – A B C D E
38 – A B C D E
39 – A B C D E
40 – A B C D E

41 – A B C D E
42 – A B C D E
43 – A B C D E
44 – A B C D E
45 – A B C D E
46 – A B C D E
47 – A B C D E
48 – A B C D E
49 – A B C D E
50 – A B C D E
51 – A B C D E
52 – A B C D E
53 – A B C D E
54 – A B C D E
55 – A B C D E
56 – A B C D E
57 – A B C D E
58 – A B C D E
59 – A B C D E
60 – A B C D E

PORTUGUÊS**TEXTO I**

Catalepsia patológica é um distúrbio bastante incomum, no qual o indivíduo encontra-se em um estado onde os músculos do corpo tornam-se rígidos como uma estátua, dando a impressão de que se trata de um óbito. No passado, era comum a existência de relatos dos quais as pessoas diziam presenciar ou ouvir a respeito de casos onde um indivíduo declarado como morto teria acordado durante um velório por poderes sobrenaturais. Nada obstante, esta impressão da época era porque não se dispunha de recursos tecnológicos como os existentes atualmente para diagnosticar estados patológicos como o do causado pela catalepsia.

Esse tipo de doença nervosa deixa o corpo da vítima com aspecto de um boneco de cera, por haver uma plasticidade motora. Os músculos que podem ser movidos para qualquer direção, permanecem assim até que o doente se recupere do distúrbio. Para piorar a situação da vítima, em um estado cataléptico o doente fica consciente de tudo o que acontece ao seu redor, mas por ter suas funções vitais desaceleradas não consegue reagir fisicamente.

A catalepsia patológica pode durar alguns minutos, vários dias e até mesmo semanas (casos extremos), sendo suas causas variadas. Acredita-se que esta doença pode ser desencadeada por fatores genéticos, quando o indivíduo possui uma predisposição maior para desenvolver a doença, e também por problemas congênitos onde há má formação em alguma região cerebral. Pode também aparecer como resultado de outras doenças nervosas como a esquizofrenia, epilepsia, síndrome neuroléptica maligna, debilidade mental, histeria, depressão, grave trauma emocional, doença de Parkinson, e também ser ocasionada por traumatismo craniano, alcoolismo e intoxicação por certos narcóticos. A catalepsia patológica pode ainda aparecer como um efeito colateral de medicamentos antipsicóticos usados para tratar a esquizofrenia.

Antigamente, quando a catalepsia não era bem compreendida pela medicina, muitos homens e mulheres catalépticos foram enterrados vivos, pela crença de que eles estavam mortos. Quando despertavam de seus estados patológicos muitos morriam sufocados em suas próprias covas, outros conseguiam se debater e sobreviver, reforçando as lendas que assombravam a população da época como a da existência de vampiros. Estados catalépticos também têm sido historicamente associados com hipnose e abdução por alienígenas.

<https://www.infoescola.com/doencas/catalepsia-patologica/>

Considerando os aspectos estruturais e linguísticos do texto I, julgue os itens a seguir.

01. Considerando sua tipologia, o texto é predominantemente

- a) narrativo
- b) descritivo
- c) dissertativo
- d) injuntivo
- e) prescritivo

02. De acordo com o texto,

- a) a catalepsia é uma patologia usual e multicausal
- b) a causa primária da catalepsia é genética
- c) o uso de narcóticos causa catalepsia nervosa
- d) a catalepsia pode variar em suas causas e durações
- e) em casos extremos, a catalepsia pode durar dias.

03. Inere-se do texto que

- a) a catalepsia pode ser decorrente de eventos químicos, genéticos ou sobrenaturais.
- b) é comum que pacientes com catalepsia sejam enterrados vivos.
- c) a catalepsia é clinicamente classificada como doença nervosa.
- d) medicamentos antipsicóticos são o tratamento típico para a catalepsia.
- e) a catalepsia é atualmente bem compreendida pela medicina.

04. Assinale o segmento que expressa sentido de finalidade

- a) Os músculos que podem ser movidos para qualquer direção (2º parágrafo)
- b) Quando despertavam de seus estados patológicos muitos morriam sufocados em suas próprias covas (4º parágrafo)
- c) Para piorar a situação da vítima, em um estado cataléptico o doente fica consciente de tudo o que acontece ao seu redor (2º parágrafo)
- d) um efeito colateral de medicamentos antipsicóticos usados para tratar a esquizofrenia (3º parágrafo)
- e) doenças nervosas como a esquizofrenia, epilepsia, síndrome neuroléptica maligna (3º parágrafo)

05. A supressão da vírgula manteria a correção gramatical e os sentidos no texto no seguinte segmento:

- a) No passado, era comum a existência de relatos
- b) Para piorar a situação da vítima, em um estado cataléptico o doente fica consciente
- c) doenças nervosas como a esquizofrenia, epilepsia
- d) Quando despertavam de seus estados patológicos muitos morriam sufocados em suas próprias covas, outros conseguiam se debater e sobreviver
- e) o doente fica consciente de tudo o que acontece ao seu redor, mas por ter suas funções vitais desaceleradas não consegue reagir fisicamente

06. Sem prejuízo da correção gramatical e do sentido original do texto I, a forma verbal “há”, no trecho “problemas congênitos onde há má formação em alguma região cerebral” (3º parágrafo) poderia ser substituída por

- a) existem.
- b) existe.
- c) ocorrem.
- d) têm.
- e) tem.

07. Mantendo-se a coerência e a correção gramatical do texto, o vocábulo “predisposição” (3º parágrafo) poderia ser substituído por

- a) arranjo
- b) propensão
- c) determinação
- d) talento
- e) temperamento

08. Sobre o período “Nada obstante, esta impressão da época era porque não se dispunha de recursos tecnológicos como os existentes atualmente para diagnosticar estados patológicos como o do causado pela catalepsia.” (1º parágrafo), assinale a alternativa correta.

- a) a partícula “se” indica valor passivo.
- b) a forma “dispunha” deveria ser flexionada no plural.
- c) a partícula “se” encontra-se em posição proclítica obrigatória.
- d) a inserção de “estado” antes de “do” causaria prejuízo gramatical.
- e) o pronome “esta” não pode remeter a informação anterior.

09. Seria mantida a correção gramatical do texto se o segmento “onde”, nas duas ocorrências do primeiro parágrafo, fosse substituído, respectivamente, por

- a) em que e aonde.
- b) aonde e nos quais.
- c) a qual e o qual.
- d) em que e no qual.
- e) em que e nos quais.

10. A correção gramatical e a coerência do texto seriam mantidas se a expressão “Nada obstante” (1º parágrafo) fosse substituída por

- a) Embora
- b) Nesse sentido.
- c) Malgrado.
- d) No entanto.
- e) Sobretudo.

LEGISLAÇÃO ESPECIAL (ITENS 1 E 4)

11. Nos termos da LODERJ, quanto aos magistrados, marque a alternativa incorreta:

- a) Os cargos de Desembargador, Juiz de Direito e Juiz Substituto serão providos por ato do Presidente do Tribunal de Justiça ou do Governador do Estado, na forma e nos casos estabelecidos pelas Constituições da República e do Estado.
- b) A carreira da magistratura, em primeira instância, é composta por Juízes Substitutos, Juízes de Entrância Comum e Juízes de Entrância Especial.
- c) Os Juízes Substitutos terão exercício pleno nas Regiões Judiciárias, ressalvada a Comarca da Capital, na qual poderão exercer funções de auxílio.
- d) Os Juízes de Entrância Comum serão titulares nas Varas e Juizados das Comarcas de mesma denominação e dos cargos de Juízes Regionais.
- e) O Presidente do Tribunal de Justiça poderá convocar, em período determinado por resolução, Juízes de Direito Titulares de Entrância Especial, integrantes da primeira quinta parte da antiguidade, para compor as Câmaras.

12. Analise as assertivas abaixo em relação à divisão territorial, conforme as regras da LODERJ.

- I. O território do Estado, para efeito da administração do Poder Judiciário, divide-se em Regiões Judiciárias, Comarcas, Distritos, Subdistritos, Circunscrições e Zonas Judiciárias
- II. Cada Comarca compreenderá um Município.
- III. O Presidente do Tribunal de Justiça poderá transferir, permanentemente, a sede de Comarca, Juízo ou Juizado, em caso de necessidade ou relevante interesse público.
- IV. A competência dos Juízos das Varas Regionais, fixada pelo critério funcional-territorial, é de natureza absoluta.

Marque a alternativa correta.

- a) I, II e III.
- b) I e IV.
- c) II e III.
- d) I e III.

e) II, III e IV.

13. Com base na Lei n.º 4.620/2005, o regime disciplinar do serventuário do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro estende-se:

- a) ao servidor ocupante exclusivamente de cargo em comissão; aos servidores públicos de outros órgãos que estejam à disposição do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.
- b) aos servidores públicos de outros órgãos que estejam à disposição do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.
- c) ao servidor ocupante exclusivamente de cargo em comissão.
- d) ao servidor ocupante de cargo em comissão ou função de confiança; aos servidores públicos de outros órgãos que estejam à disposição do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.
- e) ao servidor ocupante exclusivamente de cargo em comissão; aos servidores públicos de outros estados que estejam ou não à disposição do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.

LEGISLAÇÃO ESPECIAL (ITENS 2 E 3)

14. Acerca das penalidades aplicáveis aos servidores do Estado do Rio de Janeiro, de acordo com o Decreto-Lei nº 2.479/1979, é correto afirmar que:

- a) a pena de suspensão poderá aplicada verbalmente em casos de negligência e comunicada ao órgão de pessoal.
- b) a pena de advertência será aplicada por escrito em casos de desobediência ou falta de cumprimento dos deveres.
- c) a pena de suspensão não poderá exceder a cento e oitenta dias, perdendo o funcionário todas as vantagens e direitos decorrentes do exercício do cargo.
- d) nos casos de reincidência em falta já punida com repreensão, será aplicada ao funcionário a pena de advertência.
- e) quando o funcionário atuar com desídia no cumprimento de seus deveres funcionais, será aplicada a penalidade de suspensão.

LEGISLAÇÃO ESPECIAL (ITENS 5, 6 E 7)

15. O regimento interno do TJ-RJ dispõe acerca da composição e competência dos órgãos jurisdicionais de segunda instância.

Assinale o órgão que é competente para julgar as arguições de impedimento e suspeição opostas a Desembargadores e ao Procurador-Geral de Justiça quando não reconhecidas.

- a) órgão especial
- b) escola da magistratura do estado do Rio de Janeiro
- c) tribunal pleno
- d) escola de administração judiciária
- e) conselho da magistratura

16. O Tribunal Pleno será convocado pelo Presidente do Tribunal ou mediante autoconvocação para deliberação de assunto institucional do Poder Judiciário.

Segundo o regimento interno do TJ-RJ, a autoconvocação deverá ser subscrita

- a) pela maioria simples dos integrantes do Tribunal Pleno
- b) pela maioria absoluta dos integrantes do Tribunal Pleno
- c) por 2/3 dos integrantes do Tribunal Pleno
- d) por qualquer um dos integrantes do Tribunal Pleno
- e) por 50% dos integrantes do Tribunal Pleno

17. Segundo o Regimento Interno do TJ-RJ, cabe ao Conselho da Magistratura conhecer de

- a) ação rescisória quando a decisão rescindenda for acórdão proferido por Câmara Cível ou decisão monocrática proferida por algum de seus integrantes;
- b) os recursos contra decisões que indeferirem pedido de inscrição no concurso para ingresso na Magistratura de carreira;

c) recurso contra ato praticado em processo administrativo pelo Presidente, por qualquer dos Vice-Presidentes ou pelo Corregedor-Geral, de que não caiba recurso específico, ou contra penalidade por algum deles imposta;

d) os agravos contra decisões do Presidente que, em mandado de segurança, ordenarem a suspensão da execução de medida liminar ou de sentença que o houver concedido;

e) a reclamação cujo objeto seja a preservação de sua própria competência, garantir a autoridade de suas próprias decisões ou garantir a observância de seus próprios precedentes.

18. Acerca do que dispõe a Consolidação Normativa Judicial,

a) A correição-geral extraordinária é realizada anualmente pelos juízes de Direito, nos serviços judiciais, observado o calendário organizado pela Corregedoria-Geral de Justiça.

b) A correição-geral ordinária é realizada anualmente pelos juízes auxiliares da corregedoria, nos serviços judiciais, observado o calendário organizado pela Corregedoria-Geral de Justiça.

c) A correição-geral ordinária é realizada anualmente pelos juízes de Direito, nos serviços judiciais, observado o calendário organizado pelos Juízes Coordenadores dos Núcleos Regionais.

d) A correição-geral ordinária é realizada anualmente pelos juízes de Direito, nos serviços judiciais, observado o calendário organizado pela Corregedoria-Geral de Justiça.

e) A correição-geral ordinária é realizada anualmente pelos juízes de Direito, nos serviços judiciais, observado o calendário organizado pelo Presidente do Tribunal de Justiça.

DIREITO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

19. João, deficiente visual, e Igor, deficiente auditivo, são amigos desde a infância e sempre gostaram de jogar RPG online. Moradores de uma comunidade na periferia da cidade, costumam ir a uma *lan house* próxima de suas casas para jogarem juntos. Com base no Estatuto da Pessoa com Deficiência, pode-se afirmar:
- a) Se os amigos decidirem navegar na internet em sítios mantidos por empresas com sede ou representação comercial no Brasil, terão dificuldades de acessar as informações ali contidas pois a acessibilidade só é obrigatória em sítios mantidos por órgãos do governo.
 - b) Aos sítios da internet é facultada a colocação do símbolo de acessibilidade.
 - c) A *lan house* deverá garantir, no mínimo, 10% (dez por cento) de seus computadores para João e Igor, sendo assegurado pelo menos 1 (um) equipamento.
 - d) A *lan house* deverá garantir, no mínimo, 10% (dez por cento) de seus computadores para João, sendo assegurado pelo menos 1 (um) equipamento.
 - e) A *lan house* não será obrigada a reservar computadores para João e Igor por tratar-se de uma pequena empresa privada.

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

20. Em seu sentido mais amplo, a ética tem sido entendida como a ciência da conduta humana perante o ser e seus semelhantes. Portanto, neste sentido, a ética envolve:
- a) Estudos de aprovação ou desaprovação da ação dos homens.
 - b) A consideração de valor como equivalente de uma medição do que é real e voluntarioso no campo das ações virtuosas.
 - c) Obrigação de ser humano como único mal em seu agir.
 - d) Realização fundamental em situação específica.
 - e) As alternativas A e B estão corretas.

DIREITO ADMINISTRATIVO

21. São critérios que devem ser observados nos processos administrativos, EXCETO:
- a) atuação conforme a lei e o Direito.
 - b) proibição de cobrança de despesas processuais, ressalvadas aquelas previstas em lei.
 - c) impulsão, de ofício, do processo administrativo, sem prejuízo da atuação dos interessados.
 - d) subjetividade no atendimento do interesse público.
 - e) divulgação oficial dos atos administrativos, ressalvadas as hipóteses de sigilo previstas na Constituição.
22. Tomando por base a alienação do controle acionário de empresas públicas, sociedades de economia mista e suas subsidiárias, assinale a alternativa correta:
- a) A alienação do controle acionário de empresas públicas e sociedade de economia mista matriz exige autorização legislativa, mas não a realização de licitação.
 - b) A alienação do controle acionário de empresas públicas e sociedade de economia mista matriz exige a realização de licitação, mas não autorização legislativa.
 - c) A alienação de subsidiárias exige autorização legislativa, mas não a realização de licitação.
 - d) A alienação de subsidiárias não exige a realização de licitação, tampouco autorização legislativa.
 - e) A alienação do controle acionário de empresas públicas, sociedade de economia mista matriz e subsidiárias exige autorização legislativa e licitação.

23. Acerca do controle exercido sobre a atuação da Administração Pública, assinale a alternativa correta:

- a) O controle judiciário deriva do poder-dever de autotutela que se exerce sobre os atos a administração pública.
- b) O controle administrativo se dá sobre aspectos de legalidade e de mérito, podendo ser exercido unicamente pelo Poder Executivo sobre suas próprias ações.
- c) O poder de fiscalização que um órgão da administração centralizada exerce sobre autarquia a ele vinculada caracteriza controle administrativo por subordinação.
- d) O controle judicial, em regra, se dá em caráter corretivo, havendo, contudo, situações em que admite-se o controle judicial prévio, a exemplo do Mandado de Segurança Preventivo.
- e) A fiscalização contábil, orçamentária, operacional e patrimonial da administração pública federal integra o controle externo exercido pela Justiça Federal com o auxílio das contadorias dos respectivos tribunais.

24. Em relação aos poderes instrumentais da Administração Pública, assinale a alternativa correta:

- a) O abuso de poder, seja na modalidade desvio ou excesso de poder, caracteriza-se apenas em sua forma comissiva.
- b) No exercício do poder regulamentar, o Poder Executivo poderá contrariar a lei se tiver como finalidade a manutenção de sua harmonia e independência em relação aos desígnios do Legislativo.
- c) Os regulamentos autorizados decorrem do fenômeno da deslegalização, pelo qual a competência para regular certas matérias se transfere da lei para outras fontes normativas, de caráter infralegal, por autorização do próprio legislador.
- d) A aplicação de suspensão disciplinar a servidor público decorre do poder de polícia administrativa, uma vez que se caracteriza como atividade de controle repressiva e tem como fundamento a supremacia do interesse público.

e) O exercício do poder disciplinar não comporta qualquer valoração de mérito por parte da autoridade competente.

25. Em dezembro de 2019, diversos veículos de comunicação publicaram notícia no sentido de que o Tribunal de Contas Da União (TCU) chancelou a compra de quatro navios militares pela Marinha do Brasil ao custo de mais de R\$ 5 bilhões.

Assumindo que a referida aquisição foi realizada diante da possibilidade de comprometimento da segurança nacional, nos exatos termos previstos na legislação, é correto afirmar que:

- a) é obrigatória a realização de licitação prévia à referida aquisição, devendo-se adotar a modalidade concorrência em razão do vulto da contratação.
- b) é obrigatória a realização de licitação, na modalidade pregão, visto ser possível estabelecer padrões de desempenho e qualidade por meio de especificações usuais de mercado.
- c) não é obrigatória a realização de licitação para viabilizar a contratação dos navios, devendo ser instaurado processo administrativo justificando o preço e a razão da escolha do fornecedor.
- d) não é obrigatória a realização de licitação para viabilizar a contratação dos navios, não se exigindo também justificativa do preço ou da razão da escolha do fornecedor, dada a discricionariedade conferida ao gestor.
- e) comprovando-se superfaturamento na referida aquisição, o fornecedor e os agentes públicos responsáveis respondem pelo dano causado à Fazenda Pública em caráter subsidiário.

26. A respeito da delegação de serviços públicos mediante contrato administrativo de concessão, assinale a alternativa correta:

- a) trata-se da técnica denominada delegação por serviços.
- b) para viabilizar a modicidade tarifária, a legislação autoriza a criação de benefício tarifário singular.
- c) viola o princípio da isonomia a cobrança de tarifas diferenciadas em função dos custos específicos provenientes do atendimento aos distintos segmentos de usuários.

- d) poderá o poder concedente prever, em favor da concessionária, no edital de licitação, a possibilidade de outras fontes provenientes de receitas alternativas, complementares, acessórias ou de projetos associados.
- e) nada impede a obtenção de lucros exorbitantes pelo prestador a partir da receita de tarifas.

DIREITO CONSTITUCIONAL

27. O casal Joel e Joaquina encontra-se de férias em um grande resort. Há cerca de uma semana, no entanto, ambos vêm notando o sumiço de alguns objetos pessoais do quarto em que estão acomodados. Ao conversarem com outros hóspedes, ouviram relatos semelhantes de pessoas que, inclusive, suspeitam que seus pertences estejam sendo subtraídos e armazenados em um dos quartos desocupados do último andar. Assim, decidiram comunicar o fato à autoridade policial, que, de imediato, dirigiu-se ao local para revistar todas as dependências do estabelecimento, em busca de evidências da prática da infração. À luz das disposições constitucionais e da interpretação jurisprudencial em torno do assunto, é correto afirmar que:

- a) O conceito de domicílio abrange qualquer compartimento não aberto ao público, incluindo quartos de hotel, o que impede o ingresso da autoridade policial nas unidades do estabelecimento.
- b) A autoridade policial poderá realizar a busca no local, desde que durante o dia, mas apenas nos ambientes de uso comum abertos ao público.
- c) Sem mandado judicial, as únicas hipóteses autorizadas do ingresso da autoridade policial, em quaisquer ambientes e compartimentos do resort como um todo, correspondem às situações de desastre ou flagrante delito.
- d) A autoridade policial não necessita de autorização para adentrar nas unidades desabitadas, ou mesmo naquelas em que os ocupantes ofereçam permissão para que seja realizada a busca em seu interior, ainda que no período da noite.
- e) Por não estar caracterizada a circunstância de flagrância, a busca nas unidades desabitadas não poderá ser efetivada sem mandado judicial.

28. Determinado sindicato, representante de certa categoria de trabalhadores rurais do município Z, acabou sofrendo cisão interna, devido à crescente divergência de interesses entre seus membros. Assim, a organização acabou sendo subdividida, dando origem a dois novos sindicatos, abrangendo cada um uma área específica do município original. Os novos estatutos, que estabeleciam a compulsoriedade da contribuição confederativa para seus filiados, foram devidamente registrados perante o órgão competente. Segundo a Constituição Federal,

- a) A criação do sindicato original era, por si só, inconstitucional, já que não se admite a formação desse tipo de associação para representar os interesses de trabalhadores rurais.
- b) A subdivisão empreendida se deu em plena harmonia com as disposições constitucionais, já que as novas áreas de abrangência relativas aos dois sindicatos resultantes não se sobrepõem.
- c) A forma como foi feita a mencionada subdivisão, estabelecendo uma área de abrangência tão restrita, não encontra guarida no ordenamento jurídico brasileiro.
- d) Atualmente, a contribuição confederativa, em virtude de seu caráter não tributário, não pode ser cobrada de forma compulsória dos filiados ao sindicato.
- e) A instituição dos novos sindicatos, bem como das respectivas contribuições confederativas, somente poderia ter sido feita mediante autorização em lei.

29. Inácio, desembargador aposentado que ingressou no Tribunal de Justiça de seu Estado pela regra do Quinto Constitucional, foi processado e condenado pelo Tribunal do Júri em virtude de ter cometido o crime de homicídio doloso. Segundo o que estabelece a CF/88, aliado ao entendimento que vem sendo exposto pelo STF, assinale a opção verdadeira:

- a) Inácio não detém prerrogativa de foro, o que confirma a competência do Tribunal do Júri para a realização de seu julgamento.
- b) Inácio, caso a Constituição de seu Estado tenha estabelecido prerrogativa de foro para os membros da justiça estadual de segundo grau, deverá ser julgado pelo Tribunal de Justiça no qual estava alocado.
- c) Inácio deverá ser julgado pelo juiz de direito competente.
- d) Inácio deverá ser julgado pelo Superior Tribunal de Justiça, conforme expressamente prevê a Constituição da República.
- e) Inácio, por ter sido escolhido para ocupar o cargo de desembargador pela regra do Quinto Constitucional, dispõe, desde o momento da posse, da garantia da vitaliciedade e da prerrogativa de foro perante o STF.

30. Suponha que o Presidente da República tenha deixado de apresentar suas contas ao Poder Legislativo no prazo legal. Passados 60 dias sem qualquer manifestação a respeito, o Tribunal de Contas da União decide, então, proceder à devida tomada de contas. Posteriormente, o referido Tribunal, ao examinar a conformidade dos atos de admissão de pessoal na Administração Pública, detecta uma série de ilegalidades no processo de escolha dos Ministros de Estado pelo Presidente. No que concerne à regularidade das medidas tomadas pela Corte de Contas, é correto afirmar que:

- a) A atuação do TCU foi regular no que diz respeito às contas do Presidente, mas não há que se falar em apreciação dos atos de admissão de pessoal, nesse caso, já que essa atribuição é reservada com exclusividade ao Congresso Nacional.
- b) Embora o TCU detenha competência para apreciar o mérito dos atos de admissão de pessoal da

Administração, ficam excluídas desse controle as nomeações dos Ministros de Estado.

- c) O TCU aprecia, apenas para fins de registro, a legalidade, e não o mérito, dos atos de admissão de quaisquer servidores públicos.
- d) Embora não seja, em regra, competência do TCU o julgamento das contas prestadas pelo Presidente, em caso de não apresentação a CF/88 autoriza que a Corte proceda à tomada de contas e decida a respeito.
- e) A competência do Tribunal, no tocante às contas do Presidente da República, restringe-se à emissão de parecer prévio, não cabendo ao órgão o julgamento, tampouco a tomada de contas, em caso de inércia presidencial.

31. Foi apresentada, mediante iniciativa popular, proposta de emenda constitucional perante o Congresso, introduzindo nova hipótese de concessão de nacionalidade secundária aos estrangeiros residentes no país. No entanto, tal projeto já havia sido objeto de deliberação na sessão legislativa anterior, quando fora rejeitado pelos parlamentares. Ainda assim, o texto foi encaminhado para discussão e, finalmente, aprovado por dois terços dos membros de cada Casa, em dois turnos. Conforme procedimento previsto na própria Carta da República para a alteração de suas normas, pode-se afirmar que:

- a) A propositura da emenda constitucional em apreço deverá ter sido apresentada por, no mínimo, cinco por cento do eleitorado, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.
- b) A proposta não poderia ter sido objeto de nova deliberação, já que o princípio da irrepetibilidade de aplica de forma absoluta às emendas constitucionais.
- c) O projeto padece de flagrante inconstitucionalidade, uma vez que viola limitação material expressa à modificação das normas constitucionais.
- d) Embora o conteúdo da proposta não tenha representado ofensa às limitações materiais impostas pelo texto constitucional, o projeto não

poderia ter sido proposto mediante iniciativa popular.

- e) O projeto apresentado ao Congresso seguiu normalmente o rito legislativo previsto para a votação das emendas constitucionais, exceto no que diz respeito ao quórum exigido de aprovação, que é de três quintos dos membros de cada Casa.

32. Avalie o conjunto de atribuições constante do rol a seguir:

- (I). Permitir que forças estrangeiras transitem pelo território nacional.
(II). Fixação dos subsídios dos Ministros de Estado.
(III). Convocação de plebiscito.
(IV). Fixação dos subsídios dos Ministros do STF.
(V). Mudança temporária de sua sede e da sede do governo federal.

São atribuições exercidas com exclusividade pelo Congresso Nacional, por meio de edição de Decreto Legislativo:

- a) II e III, apenas.
b) I, II e III.
c) II e V.
d) IV e V.
e) III e IV.

DIREITO CIVIL

33. Quanto à nulidade e anulabilidade do negócio jurídico, assinale a alternativa correta:

- a) É nulo o negócio jurídico quando for ilícito, impossível ou indeterminável o seu objeto.
b) O negócio jurídico nulo pode ser confirmado pelas partes.
c) É anulável o negócio jurídico por incapacidade absoluta do agente.
d) O negócio jurídico anulável não é suscetível de confirmação.
e) A anulabilidade do negócio jurídico pode ser pronunciada de ofício.

34. No que se refere à classificação dos bens prevista no Código Civil, assinale a alternativa correta:

- a) Em hipótese alguma os bens públicos dominicais poderão ser alienados.
b) São consumíveis os bens móveis cujo uso importa destruição imediata da própria substância, não sendo considerados tais os destinados à alienação.
c) As edificações que, separadas do solo, mesmo que conservando a sua unidade, forem removidas para outro local perdem o caráter de bens imóveis.
d) Os materiais destinados a alguma construção, enquanto não forem empregados, conservam sua qualidade de bens móveis; readquirem essa qualidade os provenientes da demolição de algum prédio.
e) Consideram-se móveis os materiais provisoriamente separados de um prédio, mesmo que sejam recolocados no imóvel em momento posterior.

35. A respeito da personalidade civil, é correto afirmar:

- a) A ordem jurídica brasileira adota, atualmente, tanto o conceito de morte em virtude de parada cardiorrespiratória, quanto o de morte encefálica.
b) O Código Civil estabelece que a personalidade civil da pessoa começa com o nascimento com vida. Todavia, a lei resguarda, desde a concepção, os direitos do nascituro.
c) Para a teoria concepcionista, o marco inicial da personificação do ser humano é o nascimento com vida. Portanto, ocorrendo o nascimento sem vida, o feto não possui qualquer direito resguardado.
d) Pode ser declarada a morte presumida, condicionada à decretação de ausência, se alguém, desaparecido em campanha ou feito prisioneiro, não for encontrado até quatro anos após o término da guerra.
e) O Código Civil prevê que, em relação aos povos indígenas, apenas os indivíduos letrados serão considerados absolutamente capazes. Os demais, por sua vez, são considerados relativamente incapazes.

36. Considerando a regulamentação dos contratos pelo Código Civil, assinale a alternativa incorreta.

- a) A rescisão unilateral, nos casos em que a lei expressa ou implicitamente o permita, opera mediante denúncia notificada à outra parte.
- b) São nulas as cláusulas que estipulem a renúncia antecipada do aderente a direito resultante da natureza do negócio nos contratos de adesão.
- c) O estipulante pode reservar-se o direito de substituir o terceiro designado no contrato, independentemente da sua anuência e da do outro contratante.
- d) Pela própria natureza transitória é dispensado o registro competente do contrato preliminar.
- e) Quando houver no contrato de adesão cláusulas ambíguas ou contraditórias, dever-se-á adotar a interpretação mais favorável ao aderente.

37. Por conta de mútuo oneroso, Lucas devia a Larissa a importância de três mil reais. No intuito de ajudar o amigo em dificuldade, Lyneker assumiu para si a obrigação de Lucas. Larissa, por sua vez, apresentou ciência e concordância quanto à mudança. Nesse caso,

- a) Lucas ficará exonerado da dívida, salvo se Lyneker, ao tempo da assunção, fosse insolvente e Larissa ignorasse essa sua condição.
- b) Lyneker poderá opor a Larissa as exceções pessoais que competiam a Lucas.
- c) se a substituição do devedor vier a ser anulada, restaura-se o débito de Lucas, sem nenhuma garantia, independentemente de quem a tenha prestado.
- d) preservam-se as garantias especiais originariamente dadas a Larissa por Lucas, independentemente do assentimento dele.
- e) Lucas responderá apenas pela metade da dívida, ainda que Lyneker não cumpra a obrigação assumida perante Larissa.

38. Com relação às fundações, é correto afirmar:

- a) Constituída a fundação por negócio jurídico entre vivos, o instituidor é obrigado a transferir-lhe a propriedade, ou outro direito real, sobre os bens

dotados, e, se não o fizer, serão registrados, em nome dela, por mandado judicial.

- b) Para que se possa alterar o estatuto da fundação é mister que a mudança não contrarie ou desvirtue sua finalidade, além de ser aprovada pelo Ministério Público no prazo máximo de 45 dias e que seja deliberada pela unanimidade de seus gestores e representantes.
- c) Somente poderão constituir-se para fins religiosos, morais, culturais ou de assistência.
- d) Quando insuficientes para constituir a fundação, os bens a ela destinados voltarão necessariamente ao patrimônio do instituidor ou de seus herdeiros.
- e) Tornando-se ilícita, impossível ou inútil a finalidade a que visa a fundação, será ela extinta pelo Ministério Público, incorporando-se seu patrimônio ao Estado membro, com vinculação da destinação àquela a que objetivava a fundação extinta.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

39. A pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça. Considerando as disposições do Código de Processo Civil sobre o tema, assinale a alternativa correta:

- a) A concessão da gratuidade da justiça constitui medida de isenção de pagamento.
- b) A concessão ou revogação da gratuidade da justiça poderá ser atacada por agravo de instrumento.
- c) O juiz somente poderá indeferir o pedido se houver nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a concessão de gratuidade, devendo, antes de indeferir o pedido, determinar à parte a comprovação do preenchimento dos referidos pressupostos.
- d) O pedido de gratuidade da justiça deverá ser formulado na primeira oportunidade de manifestação da parte, ou seja, na petição inicial ou na contestação.
- e) Presume-se verdadeira a alegação de insuficiência deduzida por pessoa natural ou pessoa jurídica, desde que brasileiras.

40. Citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual. Sobre esse importante ato processual, assinale a alternativa correta:

- a) A citação válida, ainda quando ordenada por juízo incompetente, induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor. Além disso, a interrupção da prescrição, operada pelo despacho que ordena a citação, retroagirá à data de propositura da ação.
- b) A citação sempre será pessoal, sendo vedada a citação a preposto ou gerente.
- c) A citação poderá ser feita na residência do réu, executado ou interessado, sendo vedada a citação em seu endereço profissional.
- d) O militar em serviço ativo será obrigatoriamente citado na unidade em que estiver servindo.
- e) Não se fará citação quando se verificar que o citando é mentalmente incapaz ou está impossibilitado de recebê-la, bastando a certidão do oficial de justiça e a declaração de pessoa da família.

41. O Código de Processo Civil prevê situações que autorizam o indeferimento da petição inicial. Sobre o tema, pode-se afirmar que:

- a) A inépcia da inicial, a ilegitimidade da parte e a carência de interesse processual são situações que permitem o indeferimento da petição inicial.
- b) A inépcia da inicial ocorrerá, por exemplo, quando lhe faltar a indicação da parte, da causa de pedir ou do pedido.
- c) Para que seja válido, o indeferimento da petição inicial exige a citação do réu.
- d) Não cabe juízo de retratação do recurso interposto contra a decisão de indeferimento da petição inicial.
- e) Caso o autor não recorra, haverá o arquivamento do processo, independentemente de citação ou intimação do réu.

42. O saneamento do processo representa um importante momento em que as partes e o juiz adotam providências para que o processo se encontre formalmente em ordem. Sobre o tema, assinale a alternativa correta:

- a) O saneamento e organização do processo permite que sejam resolvidas as questões processuais pendentes, se houver, delimite as questões de fato sobre as quais recairá a atividade probatória, sendo dispensada a especificação dos meios de prova admitidos e a distribuição do ônus probatório.
- b) Realizado o saneamento, as partes têm o direito de pedir esclarecimentos ou solicitar ajustes, no prazo comum de 5 (cinco) dias, findo o qual a decisão se torna estável.
- c) Se a causa apresentar complexidade em matéria de fato ou de direito, o saneamento será realizado em cooperação com as partes, sendo incabível audiência para esse fim.
- d) Caso tenha sido determinada a produção de prova testemunhal, o juiz fixará prazo sucessivo não superior a 10 (dez) dias para que as partes apresentem rol de testemunhas.
- e) O juiz poderá limitar o número de testemunhas levando em conta a duração razoável do processo.

43. Assim como ocorre na fase de conhecimento, existem situações consideradas como atentatórias à dignidade da justiça por parte do executado. Assinale a alternativa que indica uma conduta comissiva ou omissiva que não configura ato atentatório:

- a) oposição de resistência injustificada ao andamento processual.
- b) oposição maliciosa à execução com emprego de ardis e meios artificiosos.
- c) dificultar ou embaraçar a realização da penhora.
- d) resistência injustificada às ordens judiciais.
- e) não indicação de quais são e onde estão os bens sujeitos à penhora, seus respectivos valores, bem como prova sua propriedade e, se for o caso, certidão negativa de ônus.

44. Sobre a Teoria Geral dos Recursos, assinale a alternativa em conformidade com o Código de Processo Civil:

- a) O prazo para interposição de recurso conta-se da data em que é proferida a decisão.
- b) No ato de interposição do recurso, o recorrente comprovará, quando exigido pela legislação pertinente, o respectivo preparo, inclusive porte de remessa e de retorno, sob pena de deserção. Em se tratando de autos eletrônicos, é dispensado o recolhimento do porto de remessa e de retorno do processo.
- c) Para aferição da tempestividade do recurso remetido pelo correio, será considerada como data de interposição a data de recebimento no tribunal recorrido.
- d) Quando o recurso é interposto em Tribunal de Justiça ou Tribunal Regional Federal, fica dispensada a comprovação de ocorrência de feriado local.
- e) O recurso interposto por um dos litisconsortes sempre aproveitará a todos.

DIREITO PENAL

45. A oposição de um morador ao cumprimento de um mandado de busca e apreensão a ser cumprido por oficial de Justiça, mediante o emprego de ameaça, configura o crime de:

- a) Resistência
- b) Coação no curso do processo
- c) Violência arbitrária
- d) Desacato
- e) Desobediência

46. De acordo com a teoria do delito, a ilicitude, ou antijuridicidade, pode ser conceituada como:

- a) O Juízo de reprovabilidade que recai sobre a figura do agente
- b) A adequação entre a conduta e o tipo penal incriminador
- c) A capacidade mental do agente de entender o caráter ilícito do fato e determinar-se de acordo com este entendimento
- d) A relação entre a conduta e o resultado naturalístico
- e) A relação de contrariedade entre o fato típico e o ordenamento jurídico

47. José sabia que Maria possuía processo tramitando na 04ª Vara Cível da Comarca da Capital-RJ. Assim, solicitou a Maria a quantia de R\$ 5.000,00 a pretexto de influenciar o Juiz da causa, Ricardo, a fim de que ele viesse a proferir sentença favorável. José, todavia, sequer conhecia o Juiz Ricardo, e pretendia apenas ludibriar Maria a fim de obter vantagem indevida.

Nessa situação, José deverá responder pelo crime de:

- a) concussão
- b) corrupção ativa
- c) corrupção passiva
- d) Exploração de prestígio
- e) tráfico de influência

48. José compareceu à defensoria pública e assinou declaração de pobreza, afirmando não ter condições de pagar os honorários de um advogado e as custas processuais sem prejuízo de seu sustento e do sustento de sua família, com o intuito de obter assistência jurídica integral e gratuita. Todavia, descobriu-se posteriormente que José possuía boa condição financeira.

Nesse caso, a conduta de José configura:

- a) crime de falsificação de documento particular
- b) crime de falsa identidade
- c) crime de falsidade ideológica
- d) crime de falsificação de documento público
- e) fato atípico

49. No que concerne às penas previstas no Código Penal brasileiro, assinale a opção correta.

- a) O trabalho externo é admissível para os condenados em regime fechado, em obras ou serviços, públicos ou particulares
- b) Transitada em julgado a sentença condenatória, a multa será executada perante o juiz da execução penal e será considerada dívida de valor, aplicáveis as normas relativas à dívida ativa da Fazenda Pública, inclusive no que concerne às causas interruptivas e suspensivas da prescrição.
- c) São espécies de penas restritivas de direitos: a limitação de fim de semana, a prestação de serviço à comunidade e a multa.
- d) A pena privativa de liberdade somente pode ser substituída por restritiva de direitos quando se tratar de crime culposo
- e) A pena de reclusão deve ser cumprida em regime inicial fechado, semiaberto ou aberto; A de detenção somente pode ser cumprida inicialmente em regime semiaberto, ou aberto, sendo vedado o regime fechado, mesmo em caso de regressão de regime.

50. José, em situação de embriaguez, praticou determinado fato típico e ilícito. Posteriormente, no curso do processo, José acabou absolvido em razão da embriaguez.

Nessa situação hipotética, a embriaguez de José se caracterizou como:

- a) acidental, ainda que incompleta
- b) culposa completa
- c) voluntária completa
- d) culposa ou acidental, desde que completa
- e) acidental completa

DIREITO PROCESSUAL PENAL

51. José foi denunciado pela prática do crime de roubo simples. Foram arroladas as testemunhas Maria e Paula, pela acusação, e Ricardo, pela defesa. Como a testemunha Maria residia em outra comarca, foi ouvida expedida carta precatória para sua oitiva. Quando da realização da audiência de instrução e julgamento, foram ouvidas as testemunhas Paula e Ricardo, nessa ordem, e posteriormente interrogado o réu José. Todavia, ainda não havia sido cumprida a carta precatória expedida. Posteriormente, Maria foi ouvida perante o Juízo deprecado e foi devolvida a carta precatória.

Nessa situação hipotética,

- a) Não ocorreu nulidade processual
- b) Ocorreu nulidade processual, já que o Juiz deveria ter determinado a suspensão do processo
- c) Ocorreu nulidade processual, já que o interrogatório do réu deve ser o primeiro ato processual
- d) Ocorreu nulidade processual, pois uma das testemunhas de acusação foi ouvida após a testemunha de defesa
- e) Ocorreu nulidade processual, pois as testemunhas de defesa devem ser ouvidas antes das testemunhas de acusação

52. Em se tratando de crime de ação penal privada, a proposta de suspensão condicional do processo:

- a) Não é cabível, assim como a transação penal
- b) É cabível, desde que haja proposta do Ministério Público
- c) É cabível, cabendo ao próprio querelante oferecer a proposta
- d) É cabível, por expressa previsão legal, ainda que sem manifestação do querelante
- e) Não é cabível, diferentemente do que ocorre com a transação penal

53. Caso um deputado federal pratique um crime de estelionato contra o INSS, fato este cometido na cidade do Rio de Janeiro-RJ, antes do exercício da função pública, a competência para processar e julgar o deputado pelo referido delito será:

- a) Do STF
- b) Da Justiça comum estadual do Rio de Janeiro
- c) Da Justiça comum Federal do Rio de Janeiro
- d) Do STJ
- e) Do Tribunal de Justiça do estado do Rio de Janeiro

54. José foi denunciado pela prática do crime de estupro, embora não tenha sido realizado exame de corpo de delito. No curso do processo, a única testemunha, Joana, afirmou ter visto José manter relação sexual aparentemente não consentida com a vítima Maria.

Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta.

- a) A prova testemunhal, nesse caso, é suficiente, já que é dispensável o exame de corpo de delito
- b) O exame de corpo de delito será dispensável caso José tenha confessado a prática do crime
- c) O crime de estupro não exige a realização do exame de corpo de delito para a comprovação da materialidade, por se tratar de crime transeunte
- d) Se o exame de corpo de delito não tiver sido realizado por conta do desaparecimento dos vestígios, a prova testemunhal poderá suprir-lhe a falta
- e) O exame de corpo de delito é sempre indispensável, motivo pelo qual houve necessariamente nulidade processual

55. Apesar da independência das esferas, a decisão proferida na seara criminal fará coisa julgada na área cível, impedindo a propositura de ação civil *ex delicto* quando:

- a) reconhecer a prescrição da pretensão punitiva retroativa
- b) absolver o réu em razão de ter restado comprovada a inexistência do fato imputado
- c) absolver o réu por ausência de prova suficiente para a condenação

d) absolver o réu em razão da atipicidade

e) absolver o réu em razão da inimputabilidade penal por doença mental

56. José foi denunciado perante o Juizado especial criminal do Rio de Janeiro-RJ por, supostamente, ter praticado o crime de desacato. José, contudo, não foi encontrado no endereço indicado na inicial acusatória, tendo o Oficial de Justiça certificado que o réu se encontra em local incerto e não sabido.

Nessa situação hipotética,

- a) deverá ser determinada sua citação por edital, com prazo de 15 dias
- b) deverá ser determinada sua citação por edital, com prazo de 10 dias
- c) deverá ser determinada sua citação por hora certa
- d) O processo será encaminhado ao juízo comum, onde será adotado o rito sumaríssimo
- e) O processo será encaminhado ao juízo comum, onde será adotado o rito sumário

LEGISLAÇÃO

57. Roberval é chefe de secretaria no âmbito TJ-RJ. Ao verificar que determinados autos estão paralisados há mais de ____, deve os fazer conclusos no prazo de _____

Preenche corretamente as lacunas acima

- a) 60 dias; 24 horas
- b) 30 dias; 48 horas
- c) 90 dias; 24 horas
- d) 10 dias; 48 horas
- e) 180 dias; 24 horas

58. De acordo com a Consolidação Normativa Judicial

- a) Mandado de Segurança e de Injunção, Mandados Coletivos ou Individuais, Habeas Data serão autuados com a cor azul.
- b) Testamento será autuado com a cor cinza.
- c) Ação de Alimentos será autuado com a cor azul.
- d) A revisional de benefício (INSS) será autuada com a cor branca.
- e) A carta precatória será autuada com a cor verde.

59. Salvo disposição legal ou determinação judicial em contrário, constarão dos respectivos atos os prazos de:

- a) 30 dias para cumprimento de precatórias.
- b) 10 dias para cumprimento de precatórias.
- c) 30 dias para resposta a expediente do juízo.
- d) 15 dias para resposta a expediente do juízo.
- e) 60 dias para resposta a expediente do juízo.

60. Com base no que dispõe a consolidação normativa judicial, terão prioridade de atendimento, nos serviços oferecidos por todas as serventias

- a) as pessoas com idade igual ou superior a sessenta anos, as grávidas, as pessoas com crianças de colo (até dois anos) e os portadores de necessidades especiais.
- b) as pessoas com idade igual ou superior a sessenta anos, as grávidas, as pessoas com crianças de colo (até três anos) e os portadores de necessidades especiais.
- c) as pessoas com idade igual ou superior a sessenta e cinco anos, as grávidas, as pessoas com crianças de colo (até dois anos) e os portadores de necessidades especiais.
- d) as pessoas com idade igual ou superior a cinquenta e cinco anos, as grávidas, as pessoas com crianças de colo (até três) e os portadores de necessidades especiais.
- e) as pessoas com idade igual ou superior a sessenta anos, as grávidas, as pessoas com crianças de colo (qualquer idade) e os portadores de necessidades especiais.

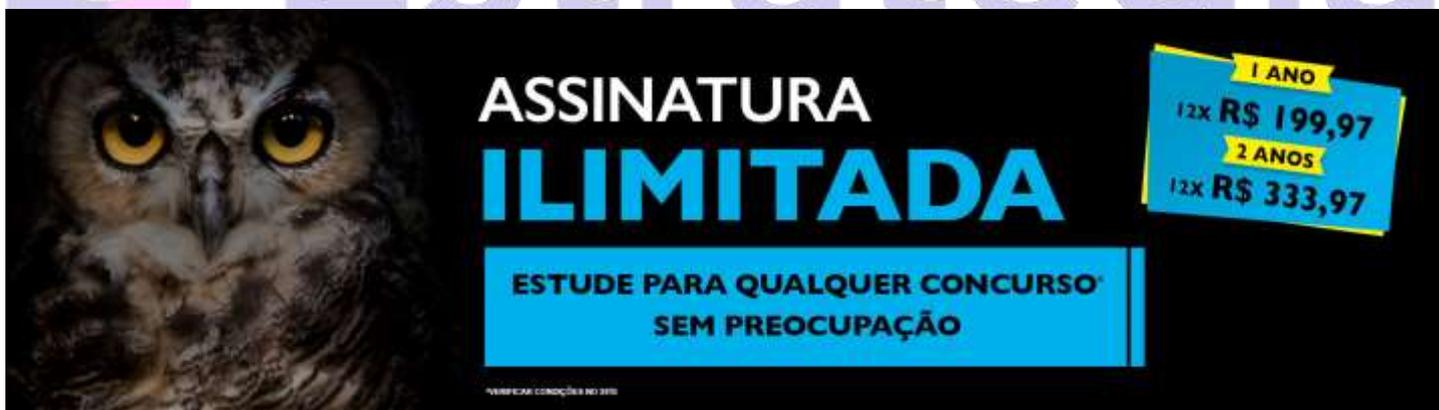
Preencha o Gabarito!

5

<https://bit.ly/Simulado-TJ-RJ-Analista-11-04-20>

Não é assinante?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no banner!



**ASSINATURA
ILIMITADA**

**ESTUDE PARA QUALQUER CONCURSO*
SEM PREOCUPAÇÃO**

1 ANO
12X R\$ 199,97

2 ANOS
12X R\$ 333,97

*VERIFIQUEMOS SEU NÍVEL DE CONHECIMENTO NO ANO